

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

*Demonstrações Financeiras Consolidadas
do Conglomerado Prudencial Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre
as Demonstrações Financeiras Consolidadas
do Conglomerado Prudencial*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Acionistas e Administradores do
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas Demonstrações Financeiras consolidadas de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas Demonstrações Financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas Demonstrações Financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas Demonstrações Financeiras.

Ênfases

Conglomerado Prudencial

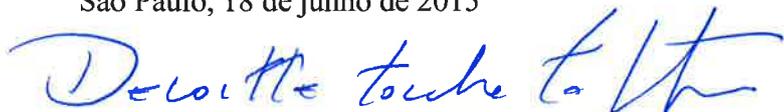
Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas Demonstrações Financeiras que divulgam:

- a) As Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foram elaboradas pela sua Administração para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins; e
- b) Por ser a primeira apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco, a sua Administração optou pela faculdade prevista no § 2º do artigo 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e não estão sendo apresentadas de forma comparativa, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo anterior a 31 de dezembro de 2014.

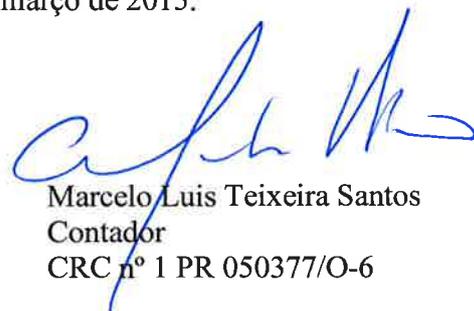
Outros assuntos

O Banco elaborou um conjunto de Demonstrações Financeiras para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, datado de 13 de março de 2015.

São Paulo, 18 de junho de 2015



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador
CRC nº 1 PR 050377/O-6

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>TOTAL</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>TOTAL</u>
Circulante		<u>668.415</u>	Circulante		<u>780.484</u>
Disponibilidades	4	<u>16.248</u>	Depósitos	17.a	<u>422.894</u>
			Depósitos à vista		8.584
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	<u>186.294</u>	Depósitos interfinanceiros		263.066
Aplicações em operações compromissadas		158.794	Depósitos a prazo		151.244
Aplicações em depósitos interfinanceiros		27.500			
			Captações no Mercado Aberto	17.b	<u>55.160</u>
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		<u>211.017</u>	Carteira própria		55.160
Carteira própria	6.b	170.709			
Vinculados a compromissos de recompra	6.b	-	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17.c	<u>68.306</u>
Vinculados à prestação de garantias	6.b	25.460	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		64.246
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	14.848	Obrigações por emissão de letras financeiras		4.060
Relações Interfinanceiras		<u>603</u>	Relações Interdependências		<u>102</u>
Créditos vinculados		90	Recursos em trânsito de terceiros		102
Relações com correspondente		513			
			Obrigações por Empréstimos e Repasses		<u>158.668</u>
Operações de Crédito		<u>209.107</u>	Repasses do país - Instituições oficiais	17.d	<u>22</u>
Operações de crédito		<u>209.107</u>	Finame		22
Setor privado	9.c	211.699	Empréstimos no exterior	17.e	158.284
Financiamentos de conta margem		6	Empréstimos no país	17.f	362
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.598)			
			Instrumentos Financeiros Derivativos	7	<u>7.941</u>
Outros Créditos		<u>42.881</u>	Instrumentos financeiros derivativos		7.941
Carteira de câmbio	10	1.762			
Rendas a receber	12	5.005	Outras Obrigações		<u>67.413</u>
Negociação e intermediação de valores	13	17.356	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		333
Diversos	11	18.835	Carteira de câmbio	10	19
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(77)	Fiscais e previdenciárias	18.b	11.468
			Negociação e intermediação de valores		37.063
Outros Valores e Bens		<u>2.265</u>	Diversas	18.c	18.530
Despesas antecipadas	14	2.265			
Realizável a Longo Prazo		<u>907.425</u>	Exigível a Longo Prazo		<u>439.082</u>
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		<u>379.393</u>	Depósitos	17.a	<u>153.487</u>
Carteira própria	6.b	136.306	Depósitos a prazo		153.487
Vinculados a compromissos de recompra	6.b	55.173			
Vinculados à prestação de garantias	6.b	154.573	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17.c	<u>13.474</u>
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	33.341	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		11.593
			Obrigações por emissão de letras financeiras		1.881
Operações de Crédito		<u>492.691</u>			
Operações de crédito		<u>492.691</u>	Obrigações por Empréstimos e Repasses		<u>220.997</u>
Setor privado	9.c	506.898	Repasses do país - Instituições oficiais	17.d	<u>20.733</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(14.207)	BNDES		11.347
			Finame		9.386
Outros Créditos		<u>35.341</u>	Empréstimos no exterior	17.e	133.264
Diversos	11	35.341	Empréstimos no país	17.f	67.000
Permanente		<u>7.170</u>			
Investimentos		<u>1</u>	Instrumentos Financeiros Derivativos	7	<u>28.322</u>
Outros investimentos		3	Instrumentos financeiros derivativos		28.322
Provisão para perdas		(2)	Outras Obrigações		<u>22.802</u>
			Sociais e estatutárias	18.a	171
Imobilizado de Uso	15	<u>2.672</u>	Fiscais e previdenciárias	18.b	19.357
Outras imobilizações de uso		7.291	Diversas	18.c	3.274
Depreciações acumuladas		(4.619)			
			Resultado de Exercícios Futuros		<u>2.070</u>
Diferido		<u>142</u>	Rendas antecipadas		2.070
Gastos de Organização e Expansão		2.808			
Amortizações Acumuladas		(2.666)	Patrimônio Líquido		<u>361.374</u>
			Capital social	21.a	452.169
Intangível	16	<u>4.355</u>	De domiciliados no exterior		452.169
Outros ativos intangíveis		10.110	Ajuste ao valor de mercado - TVM		(2.656)
Amortizações acumuladas		(5.755)	Prejuízos acumulados		(88.139)
Total do Ativo		<u>1.583.010</u>	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>1.583.010</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	<u>Nota</u>	<u>TOTAL</u>
Receitas da Intermediação Financeira		<u>186.718</u>
Operações de crédito		82.373
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		76.814
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	27.531
Despesas da Intermediação Financeira		<u>(126.595)</u>
Operações de captações no mercado		(77.610)
Operações de empréstimos e repasses		(4.091)
Resultado de operações de câmbio		(33.906)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.e	(10.988)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		<u>60.123</u>
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		<u>(104.612)</u>
Receitas de prestação de serviços	25	55.414
Despesas de pessoal		(58.116)
Outras despesas administrativas	26	(82.981)
Despesas tributárias	27	(8.455)
Outras receitas (despesas) operacionais	28	(10.474)
Resultado Operacional		<u>(44.489)</u>
Resultado Não Operacional	29	<u>(1.649)</u>
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		<u>(46.138)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	20	<u>(7.021)</u>
Provisão para imposto de renda		(8.091)
Provisão para contribuição social		(4.389)
Ativo fiscal diferido		5.459
Prejuízo Líquido do exercício		<u>(53.159)</u>
Prejuízo por ação no final do exercício (R\$)		<u>(1,83)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros			Ajuste ao valor de mercado - TVM	Lucros	Total
		Legal	Especial de lucros	Expansão		(Prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	452.169	1.978	-	24.967	(7)	(61.925)	417.182
Destinação para constituição de reserva (nota 21.c)	-	-	24.967	(24.967)	-	-	-
Absorção de prejuízo com reservas (nota 21.c)	-	(1.978)	(24.967)	-	-	26.945	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	(2.649)	-	(2.649)
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	(53.159)	(53.159)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	452.169	-	-	-	(2.656)	(88.139)	361.374

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO FLUXO DE CAIXA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>TOTAL</u>
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais		
Lucro líquido ajustado no exercício		<u>6.329</u>
Prejuízo líquido do exercício		(53.159)
Ajustes ao prejuízo líquido:		<u>59.488</u>
Amortização e baixa do ágio	26	36.245
Depreciações e amortizações	26	2.026
Provisão para impairment do ativo permanente		865
Provisões para outras despesas operacionais (Contratos onerosos / Retenção)		2.874
Despesa de juros e de variação cambial sobre empréstimos no exterior		8.657
Baixa de investimentos	29	1.458
(Reversão) / Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	28.a	(376)
Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	9.e	10.988
Provisão para impostos e contribuições diferidos	20	(3.208)
Provisão para desvalorização de títulos livres		769
Créditos tributários	20	(2.251)
Provisão para contingências fiscais	28	1.733
Reversão para contingências cíveis e trabalhistas	28	(292)
Variações dos Ativos e Obrigações		<u>(101.741)</u>
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		41.059
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(184.247)
(Aumento) em operações de crédito		(177.887)
Redução em outros créditos		27.146
(Aumento) Redução em outros valores e bens		387
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências (ativas/passivas)		(858)
(Redução) aumento em depósitos		103.243
(Redução) aumento em captação no mercado aberto		(83.597)
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		57.136
Redução em outras obrigações		(83.155)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		198.385
Aumento em resultados de exercícios futuros		<u>647</u>
Disponibilidades Líquidas Aplicadas nas Atividades Operacionais		<u>(95.412)</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso		(228)
Alienação de imobilizado de uso		14
Aplicações no intangível		<u>(1.977)</u>
Disponibilidades Líquidas Aplicadas nas Atividades de Investimentos		<u>(2.191)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento em obrigações por empréstimos no exterior	17.c	<u>45.000</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>45.000</u>
Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa		
		<u>(52.603)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	269.048
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	216.445
Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>(52.603)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. (“Banco”) é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento. O Banco é o sucessor legal do Banco Financeiro Português - “em Liquidação Ordinária”. Em 3 de dezembro de 2008, foi transformado em banco múltiplo e teve a sua liquidação ordinária suspensa. Em 1º de abril de 2009, o Banco iniciou suas operações como banco de atacado e de investimento.

O Grupo Caixa de Geral de Depósitos, por meio de suas controladas, Banco Caixa Geral Brasil S.A. (Brasil) e Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), adquiriram a Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A. (“Banif CVC”), por meio dos seguintes eventos:

- (a) A CGD Participações em Instituições Financeiras (“CGD Participações”), controlada pelo Banco Caixa Geral Brasil S.A. (Banco) e pela Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), em partes iguais, em conformidade com as condições previstas no “Acordo de Investimento e de Compra e Venda de Ações”, celebrou em 2 de junho de 2010 e aditamentos posteriores, a aquisição de 70% do capital social da Banif CVC.
- (b) Em 12 de julho de 2010, o Banco deteve 588.821 quotas, livres de ônus e encargos, equivalentes a 50% do total das quotas representativas do capital social da CGD Participações, com efeitos a partir de 1º de junho de 2010. Nessa mesma data, a entidade Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal) passou a deter os 50% restantes das quotas da CGD Participações.
- (c) Em 26 de agosto de 2011, foi assinado o Decreto Presidencial do Governo Brasileiro, que aprovou a participação estrangeira da CGD Participações, no capital social da Banif CVC.
- (d) Em 9 de abril de 2012, o Banco Central do Brasil - BACEN aprovou a transferência do controle acionário (70% da participação acionária) da CGD Investimentos, por meio da aquisição de ações do Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. para a CGD Participações.
- (e) Conforme Ata de Assembleia Extraordinária em 10 de maio de 2012 e Comunicado do Banco Central do Brasil de 8 de junho de 2012, que alterou e aprovou, respectivamente, a denominação social de Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A. para CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (“CGD Investimentos”).
- (f) Em 11 de junho de 2012, a CGD Participações adquiriu as ações remanescentes (30% da participação do Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.) tornando-se o único acionista. Dessa forma, o Banco, através da sua controlada CGD Participações, passou a deter 50% do capital social da referida Corretora em conjunto com o Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), o qual igualmente passou a deter 50% do capital.

(g) Em 31 de outubro de 2012, como parte da reestruturação societária do Grupo, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação, de forma reversa, da totalidade do acervo líquido da controladora CGD Participações pela controlada CGD Investimentos. A incorporação, amparada por laudo elaborado por peritos independentes, com base em balanço levantado em 30 de junho de 2012, foi efetivada pela absorção de todos os ativos e passivos da CGD Participações, que se extinguiu, tendo sido sucedida pela CGD Investimentos em todos os seus bens, direitos e obrigações (nota 13). Dessa forma, o Banco passou a deter participação direta de 50% do capital social da CGD Investimentos. Essa operação foi aprovada em 29 de abril de 2013 pelo Banco Central do Brasil.

Em julho de 2014, a CGD Investimentos anunciou a fusão das suas atividades de HomeBroker com a Rico, plataforma de investimentos da Octo CTVM. Desta operação resultará, sujeito à aprovação do Banco Central do Brasil, a detenção de 51% das ações da Octo CTVM por parte do Grupo CGD. Esta operação permitirá que a atividade de corretagem passe a ser uma contribuição positiva para os resultados do Banco no médio prazo.

No final do segundo semestre de 2014, a CGD Investimentos informou o encerramento das atividades de atacado no Brasil. Esta decisão foi tomada a partir da análise do cenário econômico para este setor, atualmente pouco favorável ao perfil de serviços oferecidos pela Corretora.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), através da Resolução nº 4.280 e normas complementares.

A Circular nº 3.701 determina os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial e faculta a não apresentação destas demonstrações de forma comparativa com as datas bases anteriores a 30 de junho de 2014. O Banco optou por essa faculdade.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. compreendem as entidades discriminadas na Resolução nº 4.280/13, sobre os quais o Banco detenha controle direto ou indireto, incluindo: instituições financeiras, instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizem operações de crédito e fundos de investimento nos quais as entidades mencionadas, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram eliminadas as transações com partes relacionadas, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

A seguir estão apresentadas entidades consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial:

Empresa	Atividade	Percentual Banco	Consolidado Prudencial
Banco Caixa Geral Brasil S.A.	Instituição financeira	Líder	Líder
CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A	Instituição financeira	50%	100%

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Banco, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- b) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- c) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- d) CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11;
- e) CPC 23 - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- f) CPC 24 – Divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; e
- h) CPC 00 (R1) – Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN aprovará os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, nem se a adoção dos mesmos será feita de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A autorização para divulgação das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva do Banco em 18 de junho de 2015.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base “pró-rata” dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do exercício.
- (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM".
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício.

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

e) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, *swaps* e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios:

- Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras;
- Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do exercício;
- Operações de *swaps*: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pró-rata" dia até a data das demonstrações financeiras;

- Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“hedge”) podem ser classificados como:

I - “hedge” de risco de mercado; e

II - “hedge” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício; e (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base “pró-rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela Administração, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo - perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos.

As operações de crédito, compostas por operações de conta margem, são registradas pelo valor pactuado e atualizadas “pró-rata” dia, pela taxa de juros pactuada.

Tais operações são classificadas quanto ao nível de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), de acordo com o julgamento da Administração, e consideram, principalmente, as garantias envolvidas nessas operações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante suficiente para cobrir prováveis perdas.

As operações de crédito classificadas no nível de risco H, após decorrido prazo de 180 dias desta classificação, são baixadas para prejuízo.

g) Operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

h) Negociação e intermediação de valores

Demonstradas pelo valor de operações de compra e venda de ações e ativos financeiros realizadas nas bolsas de valores e de futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

i) Outros valores e bens

São compostos por valores pagos antecipadamente, conforme previsão contratual e sua amortização é apropriada pelo seu prazo de vigência. A amortização destes contratos ocorre até 12 meses.

j) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

k) Permanente

- Investimentos

Os investimentos estão registrados ao custo, deduzidos de provisão para perdas quando aplicável.

- Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica dos bens, sendo as principais taxas anuais: 10% para instalações, móveis e utensílios e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados.

- Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O ágio com fundamento na previsão de resultados futuros da controlada era amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificavam ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões.

O ágio constituído pela aquisição de intangíveis classificava-se, de acordo com suas características, em uma das seguintes condições:

- (i) se decorrente de capital aplicado na aquisição de direitos cuja existência ou exercício tenha duração limitada e era amortizado em consonância com o prazo estimado de verificação do evento que o determinam ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de decorrido o prazo estimado de amortização;
 - (ii) se decorrente de capital aplicado na aquisição de direitos cuja existência ou exercício tenha duração indeterminada era mantido ativado até a verificação do evento que o determinam ou, quando baixado o investimento, por alienação, perda ou extinção. Se, em qualquer oportunidade o valor contábil for notoriamente superior ao valor de mercado, apurado por processo de avaliação ou pesquisa de mercado era constituída provisão para adequar o valor contábil ao valor de mercado.
- I) Redução ao valor de recuperação

O CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece a necessidade de as entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável das despesas antecipadas e dos ativos imobilizado, diferido e intangível.

Em 2014, a Administração do Banco avaliou os ativos intangíveis e decidiu pela baixa do ágio referente à participação no capital da CGD Investimentos (nota 16 b).

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros “impairment” é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo, anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

m) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

- Ativos e passivos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisão para risco - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

n) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda.

Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos" sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

o) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

p) Estimativas contábeis

A elaboração de informações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos, determinação da vida útil remanescente de ativos tangíveis, sistemas e ativos e direitos intangíveis, bem como da apropriação das despesas de depreciação e amortização e o registro de créditos tributários e as análises de "impairment". A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Início Período</u>	<u>Fim Período</u>
Disponibilidades	3.886	16.248
Aplicações em operações compromissadas (nota 5)	5.590	155.593
Aplicações interfinanceira de liquidez (nota 5)	<u>259.572</u>	<u>44.604</u>
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>269.048</u>	<u>216.445</u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2014		
	De 3 meses		Total
	<u>Até 3 meses</u>	<u>a 12 meses</u>	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	16.392	11.108	27.500
Aplicações em operações compromissadas	<u>158.794</u>	-	<u>158.794</u>
Total	<u>175.186</u>	<u>11.108</u>	<u>186.294</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2014:

	2014	
	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>
Títulos para negociação:		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	19.494	19.475
Letras do Tesouro Nacional – LTN	101.151	100.019
Notas do Tesouro Nacional – NTN	520	514
Títulos privados - renda variável	<u>1.747</u>	<u>1.600</u>
Total de títulos para negociação	<u>122.912</u>	<u>121.608</u>
Títulos disponíveis para venda:		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (*)	1.759	1.759
Letras do Tesouro Nacional – LTN	220.790	216.332
Notas Promissórias	72.802	72.802
Debêntures	<u>124.020</u>	<u>123.282</u>
Total de títulos disponíveis para venda	<u>419.371</u>	<u>414.175</u>
Títulos mantidos até o vencimento:		
Debêntures	<u>6.438</u>	<u>6.438</u>
Total de títulos mantidos até o vencimento	<u>6.438</u>	<u>6.438</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>548.721</u>	<u>542.221</u>

(*) Títulos bloqueados em garantia (nota 18.a)

b) Composição por prazo de vencimento:

	2014	
	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>
<u>Títulos para negociação</u>		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT		
Até 3 meses	1.223	1.222
De 3 a 12 meses	575	575
De 1 a 3 anos	6.207	6.204
De 3 a 5 anos	11.031	11.016
Acima de 5 anos	458	458
Letras do Tesouro Nacional - LTN		
De 3 a 12 meses	48.814	48.592
De 1 a 3 anos	39.802	39.215
Acima de 3 anos	12.535	12.212
Notas do Tesouro Nacional - LTN		
De 1 a 3 anos	<u>520</u>	<u>514</u>
Total de títulos públicos	<u>121.165</u>	<u>120.008</u>

	2014	
	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>
Títulos privados - renda variável		
sem vencimento	<u>1.747</u>	<u>1.600</u>
Total de títulos para negociação	<u>122.912</u>	<u>121.608</u>
<u>Títulos disponíveis para venda</u>		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		
Até 3 meses	<u>1.759</u>	<u>1.759</u>
Letras do Tesouro Nacional - LTN		
Acima de 3 anos	<u>220.790</u>	<u>216.332</u>
Total de títulos públicos	<u>222.549</u>	<u>218.091</u>
Debêntures		
De 1 a 3 anos	72.459	71.690
Acima de 3 anos	<u>51.561</u>	<u>51.592</u>
Notas Promissórias		
De 3 a 12 meses	<u>72.802</u>	<u>72.802</u>
Total de títulos privados	<u>196.822</u>	<u>196.084</u>
Total de títulos disponíveis para venda	<u>419.371</u>	<u>414.175</u>
<u>Títulos mantidos até o vencimento</u>		
Debêntures		
Acima de 5 anos	<u>6.438</u>	<u>6.438</u>
Total de títulos privados	<u>6.438</u>	<u>6.438</u>
Total de títulos mantidos até o vencimento	<u>6.438</u>	<u>6.438</u>
Circulante (*)	<u>197.473</u>	<u>196.169</u>
Realizável a longo prazo	<u>351.248</u>	<u>346.052</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>548.721</u>	<u>542.221</u>

(*) Os títulos classificados na categoria “negociação” estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento.

c) Custódia dos títulos e valores mobiliários

Os títulos públicos no montante de R\$ 218.091 estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC, os títulos privados no montante de R\$ 202.522 estão custodiados na CETIP S.A. – Mercados Organizados e os títulos privados – renda variável no montante de R\$ 1.600 na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC.

d) Valor de mercado

Para os títulos públicos classificados nas categorias “disponíveis para venda” e “negociação” o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 31 de dezembro de 2014, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. O valor de mercado das ações de companhias abertas é obtido por meio de coletas dos seus preços de fechamento divulgados pela BM&FBovespa. Para os demais títulos que compõem a carteira e que não possuem preços médios divulgados, a Administração do Banco adota como parâmetro para cálculo do valor de mercado, o valor obtido mediante técnica interna de precificação.

Os títulos públicos e privados registrados na categoria “disponíveis para venda” resultaram em ajuste negativo no montante de R\$ 4.427. O impacto no patrimônio líquido do Banco foi de R\$(2.656), líquidos dos efeitos tributários.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação. Em 31 de dezembro de 2014, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

	2014		
	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de Mercado
<i>Swap</i> - diferencial a receber	25.757	15.201	40.958
<i>Swap</i> - diferencial a pagar	<u>(15.396)</u>	<u>(19.853)</u>	<u>(35.249)</u>
Total <i>Swap</i>	<u>10.361</u>	<u>-4.652</u>	<u>5.709</u>
<i>NDF</i> - a receber	6.348	883	7.231
<i>NDF</i> - a pagar	<u>(1.052)</u>	<u>(38)</u>	<u>(1.014)</u>
Total <i>NDF</i>	<u>5.296</u>	<u>921</u>	<u>6.217</u>
Total	<u>15.657</u>	<u>(3.731)</u>	<u>11.926</u>

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de *Swap*, *Non Deliverables Forward* – *NDF*, Futuros e Opções, sendo registradas na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela BM&FBOVESPA.

b) Composição do valor de referência por vencimento

	2014				
	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Swap - posição ativa	8.673	245.343	315.906	320.450	890.372
Swap - posição passiva	7.144	148.261	401.647	557.699	1.114.751
NDF - posição ativa	474.379	6.935	-	-	481.314
NDF - posição passiva	6.696	-	-	-	6.696
Futuros - posição comprada	497.576	160.984	180.979	25.359	864.898
Futuros - posição vendida	<u>48.828</u>	<u>120.104</u>	<u>741.284</u>	<u>152.860</u>	<u>1.063.076</u>
Total	<u>1.043.296</u>	<u>681.627</u>	<u>1.639.816</u>	<u>1.056.368</u>	<u>4.421.107</u>

c) Composição por indexador

	2014		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Operações de Swap			
Posição ativa	<u>40.958</u>	-	<u>890.372</u>
Dólar x Libor	17.449	-	323.570
Euro BCE x CDI	8.306	-	22.875
IPCA x CDI	5.441	-	49.840
Pré x CDI	1.965	-	297.230
CDI x Dólar	9	-	500
Dólar x Libor 1	279	-	6.500
CDI x Pré	1.017	-	46.127
Libor 1 X Dólar Venda	132	-	98.692
Dólar Venda x CDI	6.361	-	45.038
Posição passiva	-	<u>(35.249)</u>	<u>114.751</u>
Pré x CDI	-	(9.971)	554.603
CDI x Dólar	-	(1.483)	9.608
CDI x IPCA	-	(10.335)	99.840
Libor 1M x Dólar	-	(13.444)	433.314
CDI x PRE	-	(16)	17.386
Total de operações de Swap	<u>40.958</u>	<u>(35.249)</u>	<u>2.005.123</u>
Operações de NDF			
Posição ativa	7.231	-	481.314
Posição passiva	-	(1.014)	6.696
Total de operações de NDF	<u>7.231</u>	<u>(1.014)</u>	<u>488.010</u>
Posição comprada			
DDI	-	(4.526)	289.140
DI1	21	-	59.744
DOL	-	(10.423)	516.014

2014

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Posição vendida	<u>1.149</u>	<u>(1.343)</u>	<u>1.063.076</u>
DDI	382	-	38.542
DI1	-	(1.331)	964.882
DOL	70	-	14.615
EUR	697	-	36.968
T10	-	(12)	8.069
Total de operações de Futuros	<u>1.170</u>	<u>(16.292)</u>	<u>1.927.974</u>
Total	<u>49.359</u>	<u>(52.555)</u>	<u>4.421.107</u>

d) Valor de referência por local de negociação

2014

	Bolsa BM&FBovespa	Balcão (Cetip)	Total
<i>Operações de swap</i>	1.060.724	944.399	2.005.123
<i>Operações de NDF</i>	-	488.010	488.010
Futuros - posição comprada	864.898	-	864.898
Futuros - posição vendida	<u>1.063.076</u>	-	<u>1.063.076</u>
Total	<u>2.988.698</u>	<u>1.432.409</u>	<u>4.421.107</u>

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes.

Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores.

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Informamos a seguir os ganhos e as perdas (realizados ou não) que impactaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014.

	2014		
	Ganho	Perda	Líquido
<i>Swap</i>	121.597	- 121.649	- 52
<i>NDF</i>	70.580	- 99.950	- 29.370
Opções	37.274	- 36.834	440
Contrato de futuros	<u>689.576</u>	<u>- 633.063</u>	<u>56.513</u>
Total	<u>919.027</u>	<u>- 891.496</u>	<u>27.531</u>

f) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia na BM&FBOVESPA e CBLC das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014 tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>
Títulos e valores mobiliários – Carteira própria	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	13.513
Letras do Tesouro Nacional - LTN	<u>164.761</u>
Total	<u>178.274</u>

A rubrica “Vinculados à prestação de garantias” é composta também por Letras Financeiras do Tesouro – LFT no montante de R\$ 1.759 vinculadas a depósitos judiciais (nota 18.a).

g) Derivativos Utilizados como Instrumentos de “Hedge”

Em 31 de dezembro de 2014, as estruturas de “hedge de risco de mercado” são compostas por contratos futuros de DDI, com valor atualizado de R\$ 224.843 e vencimentos que variam de janeiro de 2015 a outubro de 2018, e visam proteger o Banco das flutuações nas captações efetuadas em moeda estrangeira, tendo sido registrados (perdas) ou ganhos no valor de R\$ 24.914, os quais foram registrados diretamente no resultado.

O valor de mercado das captações no exterior é de R\$ 237.891 e está classificado como objeto de “hedge de risco de mercado”. A despesa gerada por estas captações no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 24.863, sendo o ajuste a mercado que foi reconhecimento no resultado no valor de R\$ 3.042.

A efetividade das estruturas do “hedge de risco de mercado” é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para “hedge” e do instrumento objeto de “hedge”.

A efetividade apurada para a carteira de “hedge” em 31 de dezembro de 2014 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente durante o período.

As operações acima não representam a exposição global do Banco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge”.

8. GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Banco.

A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção.

I - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (“commodities”).

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR - Value at Risk): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;
- Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da BM&FBovespa ou própria);
- Alerta de Stop Loss: Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Banco adota uma política de alertas baseada em gatilhos;
- Sensibilidade (BPV): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Banco. Em 31 de dezembro de 2014, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Banco estava exposto era de R\$ 256.

II - Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o Banco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito do Banco visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira.

No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo.

São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital.

No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Banco julgar necessário.

III- Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº. 3.380 de 29 de junho de 2006 do CMN, o Banco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

O Banco possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz – a Caixa Geral de Depósitos – para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos.

A partir de 01 de julho de 2008 entrou em vigor a legislação do BACEN obrigando as instituições financeiras a alocar capital para risco operacional. O Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico.

IV- Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O *Stress Test* de liquidez utiliza como premissas uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.

Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito, em 31 de dezembro de 2014, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por modalidade de operação

	<u>2014</u>
Capital de giro	697.801
Financiamento - Finame	9.422
Financiamento - BNDES	11.374
Financiamento de conta margem	<u>6</u>
Total de operações de crédito com característica de concessão de crédito	<u>718.603</u>
Outros créditos e títulos a receber (*)	6.098
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 10)	1.575
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	<u>726.276</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.805)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	<u>(77)</u>
Total da provisão	<u>(16.882)</u>
Circulante	216.713
Realizável a longo prazo	492.681

(*) Em 31 de dezembro de 2014, refere-se às operações de títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito adquiridas sob a forma de cessão de crédito sem coobrigação no montante de R\$ 6.098 com vencimento final em fevereiro de 2015 (nota 11).

b) Composição da carteira por setor de atividade

	<u>2014</u>
Setor Privado:	
Indústria	200.961
Comércio	110.625
Pessoa Física	6
Outros	<u>414.684</u>
Total	<u>726.276</u>

c) Composição da carteira por vencimento

	2014					
	A vencer					
	<u>1 a 30</u>	<u>31 a 90</u>	<u>91 a 180</u>	<u>181 a 360</u>	<u>Acima 360</u>	<u>Total</u>
Capital de giro	31.814	62.189	92.760	24.924	486.114	697.801
Financiamento - Finame	22	-	-	-	9.400	9.422
Financiamento - BNDES	-	-	-	-	11.374	11.374
Financiamento de conta margem	-	-	-	6	-	6
Adiantamento sobre contrato de câmbio - ACC (nota 10)	-	1.575	-	-	-	1.575
Títulos com característica de concessão de crédito (nota 11)	<u>5.768</u>	<u>330</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.098</u>
Total	<u>37.604</u>	<u>64.094</u>	<u>92.760</u>	<u>24.930</u>	<u>506.888</u>	<u>726.276</u>

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível	2014		
	Faixa de provisão - %	Curso normal	Provisão
AA	-	63.490	-
A	0,50%	123.895	619
B	1,00%	456.855	13.801
C	3,00%	82.035	2.461
H	100,00%	<u>1</u>	<u>1</u>
Total		<u>726.276</u>	<u>16.882</u>

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

2014	
Saldo no início do semestre	(5.907)
Provisão constituída	(11.228)
Reversão de provisão	240
Baixa para prejuízo	<u>13</u>
Saldo ao final do exercício	<u>(16.882)</u>

f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, houve aquisição de crédito, sem coobrigação, cujo saldo a receber em aberto é de R\$ 6.098.

Não houve recuperações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

2014	
Ativo:	
Câmbio comprado a liquidar	<u>1.762</u>
Total	<u>1.762</u>
Passivo:	
Obrigações por compras de câmbio	1.594
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 9.a)	<u>(1.575)</u>
Total	<u>19</u>

A carteira de câmbio, em 2014, possui prazo de até 6 meses.

11. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	<u>2014</u>
Títulos de crédito a receber (nota 9 a.)	6.098
Crédito tributário de IR e CSLL (nota 20 b.)	13.641
Impostos e contribuições a compensar	3.974
Créditos renegociados de conta margem	201
Pagamentos a ressarcir	67
Adiantamento e antecipações salariais	169
Devedores por depósito em garantia (nota 19 b.)	24.698
Valores a receber de Sociedades Ligadas (nota 22 b.)	3.863
Outros	<u>1.465</u>
Total	<u>54.176</u>
Circulante	18.835
Realizável a longo prazo	35.341

12. RENDAS A RECEBER

	<u>2014</u>
Comissões por garantias prestadas a receber	1.496
Serviços prestados a receber (a)	1.918
Rendas a receber de Sociedades Ligadas (nota 21 b.)	113
Outras rendas a receber (b)	<u>1.478</u>
Total	<u>5.005</u>
Circulante	5.005
Realizável a longo prazo	-

(a) Refere-se, principalmente, a comissões a receber pela prestação de serviços de assessoria financeira.

(b) Referem-se a comissões sobre garantia de operações em moeda estrangeira.

13. OUTROS CRÉDITOS - NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIACÃO DE VALORES

	<u>2014</u>
Caixa de registro e liquidação	10.158
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	5.681
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	<u>1.517</u>
Total	<u>17.356</u>

14. OUTROS VALORES E BENS

	<u>2014</u>
Prêmios de seguro	42
Assinaturas e periódicos	2
Comissões de carta de fiança	567
Contrato de retention	148
Contratos de prestação de serviços (a)	733
Outras	773
Total	2.265
Circulante	2.265
Exigível a longo prazo	-

15. IMOBILIZADO DE USO

Está representado por:

		2014			
	<u>Taxa anual depreciação</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Impairment</u>	<u>Valor líquido</u>
Instalações, móveis e equipamento de uso		3.657	(1.331)	(515)	1.811
Comunicação	10%	491	(222)	(3)	266
Processamento de dados	10%	2.778	(2.392)	(9)	377
Veículos	20%	<u>365</u>	<u>(147)</u>	-	<u>218</u>
Total	20%	<u>7.291</u>	<u>(4.092)</u>	<u>(527)</u>	<u>2.672</u>

Em 31 de dezembro de 2014, foram constituídas provisões para desvalorização de bens do ativo imobilizado no montante de R\$ 527. Os demais ativos não estão sensíveis a qualquer indicativo de impairment.

16. INTANGÍVEL

a) Outros ativos intangíveis

Está representado por licenças de uso de softwares destinados à manutenção das atividades do Banco, ou exercidos com essa finalidade, como segue:

2014				
<u>Taxa anual amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Impairment</u>	<u>Valor líquido</u>
20%	10.110	(5.417)	(338)	4.355

Em 31 de dezembro de 2014, foi constituída provisão para desvalorização de ativos intangíveis no montante de R\$ 338. Os demais intangíveis da Corretora estão relacionados ao contrato de investimento que prevê a transferência para Octo na forma de aumento de capital social.

b) Ágio

A tabela a seguir demonstra, em base definitiva, a alocação do preço de compra ao valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da efetiva transação:

<u>Alocação do preço de compra</u>	<u>Valor justo na data da efetiva transação</u>
Ativos tangíveis menos passivos (patrimônio líquido)	69.676
Ativos intangíveis:	
Licença	1.800
Sistemas/Softwares	700
Carteiras de clientes	28.000
Ágio - rentabilidade futura	<u>79.474</u>
Preço de compra	<u>179.650</u>

Em 31 de outubro de 2012, como parte da reestruturação societária do Grupo, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação, de forma reversa, da totalidade do acervo líquido da controladora CGD Participações pela controlada CGD Investimentos. A incorporação, amparada por laudo elaborado por peritos independentes, com base em balanço levantado em 30 de junho de 2012, foi efetivada pela absorção de todos os ativos e passivos da CGD Participações, que se extinguiu, tendo sido sucedida pela CGD Investimentos em todos os seus bens, direitos e obrigações. Dessa forma, o Banco passou a deter participação direta de 50% do capital social da CGD Investimentos.

A CGD Investimentos para fins da incorporação reversa pela adquirida CGD Participações teve o valor do seu patrimônio líquido reduzido, através de provisão integral da diferença entre o valor pago na aquisição em relação ao seu patrimônio líquido (ágio de rentabilidade futura) em 31 de outubro de 2012, no montante de R\$109.974, líquido do efeito tributário apurado sobre a parcela da diferença relativa ao ágio de rentabilidade futura, no montante de R\$31.790, sendo valor líquido de R\$78.584.

Ágio de rentabilidade futura	79.474
(-) Benefício fiscal registrado na Corretora (40% sobre o ágio de rentabilidade futura)	31.790
(+) outros	<u>400</u>
(=) Ágio de rentabilidade futura a ser alocado entre os investidores	<u>48.084</u>

<u>Ágio registrado no Grupo CGD (50% Banco e 50% Caixa BI)</u>	<u>BCG Brasil</u>	<u>Caixa BI</u>	<u>Total</u>
Licença	900	900	1.800
Sistemas/Softwares	350	350	700
Carteiras de clientes	14.000	14.000	28.000
Ágio - rentabilidade futura	<u>24.042</u>	<u>24.042</u>	<u>48.084</u>
Total	<u>39.292</u>	<u>39.292</u>	<u>78.584</u>

Teste de redução ao valor recuperável do ágio (impairment)

O teste de redução ao valor recuperável do ágio (impairment) era efetuado anualmente, considerando a Entidade investida como uma única unidade geradora de caixa, visto que esse era o nível mais baixo no qual o ágio era monitorado pela Administração. O valor recuperável era determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro aprovado pela Administração e taxa de desconto de mercado.

Em 2013, as projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseavam-se principalmente nos resultados líquidos esperados para o período. A Administração acreditava que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseava, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável. Em 2014, a Administração do Banco avaliou o ágio do Banco e, decidiu pela sua baixa integral em função da incerteza no cenário econômico e nas premissas-chave nas quais o estudo se basearia.

17. CAPTAÇÕES

a) Depósitos

	<u>2014</u>
Depósitos à vista	<u>8.584</u>
Depósitos a prazo	<u>304.731</u>
De 1 a 90 dias	22.094
De 91 até 360 dias	129.150
A vencer após 360 dias	153.487
Depósitos interfinanceiros	<u>263.066</u>
De 1 a 90 dias	<u>263.066</u>
Total de depósitos	<u>576.381</u>
Circulante	422.894
Exigível a longo prazo	153.487

Os depósitos a prazo e interfinanceiros com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 562.666 apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) que variam de 98% a 113,8%. Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$ 5.131, apresentam taxas ao ano que variam de 9,19% a 14,79%.

b) Captações no mercado aberto

	<u>2014</u>	
	<u>De 1 a</u>	
	<u>90 dias</u>	<u>Total</u>
Carteira própria	<u>55.160</u>	<u>55.160</u>
Debêntures	<u>55.160</u>	<u>55.160</u>
Total de captações no mercado aberto	<u>55.160</u>	<u>55.160</u>

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

Representado por letras financeiras e letras de crédito imobiliário com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 73.953 apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) que variam de 95% a 115,5%. As letras financeiras e as letras de crédito imobiliário com taxas pré-fixadas, no montante de R\$ 7.827, apresentam taxas ao ano que variam de 10,19% a 15,10%.

d) Obrigações por repasses do país – Instituições Oficiais

Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Exim e operações de Finame nos montantes de R\$ 11.347 e R\$ 9.408, respectivamente, com prazo de vencimento de 2015 a 2024.

e) Obrigações por empréstimos no exterior

No Banco estão representadas pelas captações em dólares no montante em reais de R\$ 291.548, sendo com a Caixa Geral de Depósitos New York Branch, com vencimento até 2 de outubro de 2018. Estas operações foram objeto de “hedge”, descritos na nota 7.g.

Representada na Corretora por recursos captados de banco no exterior no valor principal de R\$ 45.000 incorrendo à variação cambial da respectiva moeda, acrescida de taxa de juros anual (LIBOR) + 1,75% ao ano, com vencimento em 03/09/2015, e apresenta saldo de R\$ 53.657.

f) Obrigações por empréstimos no país

Representadas pela captação em reais com o International Finance Corporation - IFC, no montante de R\$67.362, com vencimento até junho de 2019.

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias

	<u>2014</u>
Depósitos para garantia de patrimônio líquido (*)	<u>171</u>
Total	<u>171</u>

(*) Representado por valores recebidos no País por conta e ordem da controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A.

b) Fiscais e previdenciárias

	<u>2014</u>
Impostos e contribuições sobre os lucros a pagar (*)	1.930
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota 19.a)	18.392
Impostos e contribuições a recolher	10.491
Impostos e contribuições diferidos (nota 20.c)	<u>12</u>
Total	<u>30.825</u>
Circulante	11.468
Exigível a longo prazo	19.357

(*) Refere-se à obrigação legal de auto de infração sobre imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do ano base de 2008, da qual, através de acordo, a Corretora vem efetuando o pagamento de forma parcelada. A opção pelo parcelamento dos impostos e contribuições sobre lucros a pagar foi efetivada em janeiro de 2012, com o valor total de R\$ 3.840, dividido em 60 parcelas de R\$ 64, atualizadas mensalmente pela taxa de juros Selic.

c) Diversas

	<u>2014</u>
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 21.b)	38
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*)	2.358
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas (nota 18.b)	916
Provisão para despesas de pessoal	10.923
Fornecedores a pagar (**)	4.443
Outras	<u>3.126</u>
Total	<u>21.804</u>
Circulante	18.530
Exigível a longo prazo	3.274

(*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R\$ 612.944, para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R\$ 2.358, calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

(**) Refere-se, principalmente, a provisões relacionadas a contratos onerosos e retenções.

		2014	
Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Provisão
AA	-	315.904	-
A	0,50%	199.939	1.000
B	1,00%	77.744	777
C	3,00%	<u>19.357</u>	<u>581</u>
Total		<u>612.944</u>	<u>2.358</u>

d) Negociação e Intermediação de Valores

	<u>2014</u>
Caixa de registro e liquidação	15.260
Credores - Conta Liquidações Pendentes	<u>21.803</u>
Total	<u>37.063</u>

19. PROVISÃO PARA RISCO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Administração do Banco, em 23 de junho de 2008, com respaldo do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos S.A., decidiu efetuar a provisão do valor em risco, para as contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, visando o saneamento do Banco Financial Português, em “Liquidação Ordinária”, para que assim pudesse reiniciar as atividades como banco múltiplo. Com base nas atualizações dos processos ocorridas no exercício de 2014, a Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, reenquadrou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09 (nota 18.c).

a) Obrigações legais e contingências fiscais

O Banco é parte em processo judicial de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no montante de R\$ 319 que é caracterizado como passivo contingente e cujo risco de perda está classificado como possível pelo advogado externo.

	<u>2014</u>	
	<u>Provisão</u>	<u>Depósitos Judiciais</u>
Obrigações legais:		
ISS (i)	<u>1.272</u>	<u>1.272</u>
Subtotal	<u>1.272</u>	<u>1.272</u>
Contingências fiscais:		
ISS (ii)	-	1.759
IRPJ	<u>72</u>	-
PIS (iii)	<u>2.383</u>	<u>3.120</u>
COFINS (iii)	<u>14.665</u>	<u>19.196</u>
Subtotal	<u>17.120</u>	<u>24.075</u>
Total	<u>18.392</u>	<u>25.347</u>

- (i) Refere-se ao valor do ISS controverso sobre garantias e fianças prestado a clientes relativo ao exercício de 2012, de 2013 e de 2014 no montante de R\$ 1.272, cujos assessores jurídicos classificaram como perda possível.
- (ii) Refere-se a processo sobre base de cálculo de ISS do município do Rio de Janeiro. O Banco deu em garantia da execução fiscal deste processo Letras Financeiras do Tesouro – LFT no montante de R\$ 1.759. Na opinião dos assessores jurídicos a contingência para este processo é remota.

- (iii) Refere-se à discussão no tocante ao PIS/COFINS, lei 9.718/98, onde questiona a legalidade, incidência e constitucionalidade do tributo. Na análise de nossos assessores jurídicos, julga como possível às chances de êxito.

- b) A movimentação das provisões passivas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	2014				
	Obrigações legais e contingências fiscais e <u>previdenciárias</u>	Contingências <u>cíveis</u>	Sucumbências <u>cíveis</u>	<u>Trabalhista</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2013	16.637	202	182	846	17.867
Constituição (nota 27.b)	1.755	-	-	610	2.365
Baixa (*)	-	(178)	(182)	(564)	(924)
Saldo em 31/12/2014	<u>18.392</u>	<u>24</u>	<u>-</u>	<u>892</u>	<u>19.308</u>

- c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2014 é o seguinte:

	2014					
	Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Trabalhista	
	<u>Valor em risco</u>	<u>Valor provisionado</u>	<u>Valor em risco</u>	<u>Valor provisionado</u>	<u>Valor em risco</u>	<u>Valor provisionado</u>
Possíveis (a)	49.610	18.392	1.047	24	892	892
Remotas	<u>740</u>	-	-	-	-	-
Total	<u>50.350</u>	<u>18.392</u>	<u>1.047</u>	<u>24</u>	892	892

- (a) No tocante aos processos que os assessores jurídicos da Corretora julgam como “possível” existe “procedimento administrativo” sobre “auto de infração” na cobrança de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS sobre a desmutualização dos títulos patrimoniais das bolsas que montam R\$ 30.849, valor da autuação.
- d) Adesão ao programa de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS / Anistia lei nº 11.941/2009).

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais (REFIS), estabelecido na Lei nº 11.941/09, regulamentado pela portaria conjunta PGFN/ RFB nº 07, de 15 de outubro de 2013, tendo sido incluídos nos programas os seguintes débitos:

Tributos federais	Principal	Multa e juros	Valor total	Valores pagos
Imposto de operação Financeira	123	480	603	336
Contribuição Social	73	302	375	209

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	<u>2014</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro	(46.138)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	18.455
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	
Despesas com gratificações e benefícios	(1.164)
Amortização do Ágio	(14.498)
Outros	(2.977)
Crédito Tributário não constituído	<u>(6.837)</u>
Resultado de imposto de renda e da contribuição social do exercício	<u>(7.021)</u>

b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Administração do Banco efetuou o reconhecimento de créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 13.641, fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de base tributária positiva no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.535/08.

Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2014</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e de realização de TVM	7.060
Marcação a Mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e empréstimo no exterior	2.388
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	2.705
Provisão para contingências fiscais	537
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	943
Outras	<u>8</u>
Total	<u>13.641</u>

c) Composição de obrigações diferidas

	<u>2014</u>
Ajustes de marcação a mercado Títulos disponíveis para venda	<u>(12)</u>
Total de obrigações diferidas	<u>(12)</u>

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Constituição / (realização)	Saldo em 31 de dezembro de 2014
Provisão para contingências fiscais	310	227	537
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	897	1.808	2.705
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	1.093	(150)	943
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e de realização de TVM	2.362	4.698	7.060
Ajuste de marcação a mercado Títulos e Valores Mobiliários, instrumentos financeiros e empréstimo no exterior	3.514	(2.909)	605
Ajustes de marcação a mercado Títulos disponíveis para venda	4	1.779	1.783
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	1.302	(1.302)	-
Outras	<u>130</u>	<u>(122)</u>	<u>8</u>
Saldo de créditos tributários	<u>9.612</u>	<u>4.029</u>	<u>13.641</u>
Ajustes de marcação a mercado de futuros	(3.208)	3.208	-
Ajustes de marcação a mercado Títulos disponíveis para venda	<u>-</u>	<u>(12)</u>	<u>(12)</u>
Saldo de obrigações diferidas	<u>(3.208)</u>	<u>3.196</u>	<u>(12)</u>

e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas

Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Banco:

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Total
Créditos tributários	6.261	4.537	595	820	1.428	13.641
Obrigações diferidas	-	12	-	-	-	12

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$ 12.200 e R\$ 11, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração da Corretora avaliou que não possuía histórico de lucros ou receitas tributárias para fins de imposto de renda e contribuição social futuros projetados em estudo técnico, e que não realizou em dois períodos consecutivos, 50% ou mais dos valores previstos em seu estudo técnico.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2014, não estão contabilizados créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social e também por provisões temporariamente indedutíveis no montante de R\$ 53.852, sendo que R\$ 33.658 de Imposto de Renda e R\$ 20.194 de Contribuição Social. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornar factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 3.059/02

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social do Banco, em 31 de dezembro de 2014, totalmente subscrito e integralizado está representado por 1.073.170 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$ 400.000.

A Corretora em 31 de dezembro de 2014 possui o capital social subscrito e integralizado, e está representado por 27.977.048 ações, sem valor nominal sendo 13.988.524 ordinárias e 13.988.524 ações preferenciais dividido em partes iguais para o Caixa - Banco de Investimento S.A e Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

b) Dividendos

Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

O estatuto da Corretora assegura aos acionistas um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da legislação societária.

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária. Na Assembleia Geral Ordinária de 27 de março de 2014 do Banco, foi deliberado a transferência da totalidade do saldo registrado em reserva de expansão para a reserva especial de lucros e, posteriormente, a absorção do prejuízo com essa reserva e com a reserva legal.

a) Reconciliação do Patrimônio Líquido e do resultado do Banco

	Patrimônio Líquido R\$ mil	Prejuízo R\$ mil
Patrimônio e Prejuízo líquido do Banco - individual	354.192	(40.996)
Ações Pertencentes ao Caixa Banco de Investimentos – 13.988.524 ações (*)	7.182	(12.163)
Patrimônio e prejuízo Líquido do Banco – Conglomerado Prudencial	361.374	(53.159)

(*) A consolidação foi elaborada em conformidade com Resolução nº Resolução nº 4.280/13 art. 3º II que estabelece que o controle é caracterizado pela atuação no mercado sob a mesma marca.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

O Conselho de Administração do Banco aprovou um novo plano de remuneração fixa e variável aplicável aos diretores estatutários em conformidade com as disposições da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional. Os membros do Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa.

O novo plano tem como principais objetivos: (i) alinhar a política de gestão de riscos com a remuneração dos Administradores do BCG-Brasil ; (ii) não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo BCG-Brasil; (iii) motivar os Administradores a promover e suportar o crescimento do negócio, bem como os demais interesses dos acionistas; (iv) direcionar os Administradores no que tange aos principais objetivos de curto e de longo prazos; e (v) estabelecer formas de pagamento da remuneração variável atreladas à performance futura e à perenidade do negócio.

A remuneração definida no plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado; (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (v) o desempenho individual dos Administradores com base em metas definidas para cada administrador; (vi) o desempenho da unidade de negócios; e (vii) o desempenho do Banco como um todo.

A remuneração variável será calculada:

- (a) 50% (cinquenta por cento) a ser paga em espécie, em até 60 (sessenta) dias após a apuração dos resultados do exercício pertinente;
- (b) 10% (dez por cento) a ser pago em espécie, em até um ano do exercício pertinente, devendo esse valor ser calculado com base na variação ocorrida no valor contábil do patrimônio líquido do BCG-Brasil nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu pagamento, livre dos efeitos das transações realizadas com os proprietários, considerando os balanços publicados (os itens 'a' e 'b' serão considerados, em conjunto, "Remuneração Variável Direta")
- (c) 40% (quarenta por cento) a ser pago em espécie, de forma diferida considerando que o Banco é empresa de capital fechado, não possui ações negociadas no mercado e não emite instrumentos baseados em ações ("Remuneração Variável Diferida").

O direito ao recebimento a cada uma das parcelas da Remuneração Variável Diferida fica sujeito ao risco de perda total ou parcial no caso de redução significativa do lucro recorrente realizado ou de ocorrência de resultado negativo do Banco ou da unidade de negócios nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu pagamento, observado, ainda, em caso de desligamento dos Administradores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi pago aos Administradores montante de R\$ 4.801, considerando salários, encargos e benefícios.

b) Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal.

As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 31 de dezembro de 2014:

	<u>Grau de relação</u>	<u>2014</u>	
		<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receitas (despesas)</u>
Disponibilidades			
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	539	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez			
Caixa Geral de Depósitos - New York	Ligada	-	1
Outros créditos			
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	85	-
Caixa Banco de Investimento	Ligada/Controladora	3.793	4.325
Sucursal Grand Cayman	Ligada	98	-
Depósitos			
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(7)	-
Caixa Banco de Investimento	Ligada	(5.858)	(364)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos			
Administradores	Pessoal-chave	(340)	(20)
Obrigações por empréstimo no exterior			
Caixa Geral de Depósitos – New York (nota 16. e)	Ligada	(237.891)	(24.863)
Banco Nacional Ultramarino S.A	Ligada	(53.657)	(8.657)

	<u>Grau de relação</u>	<u>2014</u>	
		<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receitas (despesas)</u>
Outras obrigações - Sociais e Estatutárias			
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controlador	(171)	-
Outras obrigações diversas			
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controlador	-	-
		37	
Caixa Banco de Investimento	Ligada	(1)	-
Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações			
Banco Nacional Ultramarino	Ligada	-	1.436
Caixa Geral de Depósitos – Grand Cayman	Ligada	-	396
Caixa Geral de Depósitos - New York	Ligada	-	756

O Banco assinou, em 29 de dezembro de 2011, um contrato de linha de crédito de liquidez *standby* no montante de EUR 120.000 junto a Caixa Geral de Depósitos S.A. – Lisboa, com vigência até dezembro de 2012. A referida linha de crédito de liquidez foi renovada em 12 de dezembro de 2014 pelo período de um ano, vencendo em 27 de dezembro de 2015.

23. LIMITES OPERACIONAIS - ÍNDICE DE BASILÉIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência - PR compatível com os riscos de suas atividades, superior a 11% do Patrimônio Exigido - PRE. O PRE é calculado em conformidade com a Resolução CMN nº 3.490/07, o qual abrange os riscos de crédito, risco de mercado e risco operacional.

a) Índice da Basiléia

	2014
Risco de crédito - PEPR	179.262
Riscos de mercado- PCAM, PJURs e PACS	6.895
Risco Operacional - POPR	18.073
Patrimônio de referência exigido - PRE	204.230
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	361.102
Índice da Basiléia (*)	19%

(*) O índice de Basiléia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC.

b) Limites de imobilização

As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2014 este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 1,9%.

24. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Banco possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, homologado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo. As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Performance do Grupo CGD; (b) Performance do Banco no Brasil; e (c) Performance individual através da avaliação de competências e cumprimento de metas. Em 31 de dezembro de 2014, a Administração deliberou sobre o reforço da provisão no montante de R\$ 6.602. A referida provisão foi registrada como “Despesas de pessoal”.

25. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro de 2014 estão assim representadas:

	<u>2014</u>
Corretagem de operações em Bolsas	20.909
Comissões de colocação de títulos	488
Rendas de administração de fundos e clubes de investimentos	723
Rendas de serviços prestados a ligadas	4.325
Comissão de estruturação e assessoria em operações	11.008
Rendas garantias prestadas	10.488
Outras	<u>7.473</u>
Total de receitas de prestação de serviços	<u>55.414</u>

26. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 31 de dezembro de 2014 estão assim representadas:

	<u>2014</u>
Processamento de dados	11.056
Aluguel, água, energia e gás	4.819
Serviços técnicos especializados	3.729
Depreciação e amortização (a)	38.271
Serviços do sistema financeiro	3.676
Viagens	712
Publicações	446
Seguros	220
Manutenção e conservação de bens	358
Comunicação	9.556
Vigilância e segurança	298
Serviço de terceiros	1.187
Transportes	270
Comissões pagas	590
Propaganda, publicidade e relações públicas	356
Outras despesas indedutíveis (b)	3.335
Provisão para impairment do ativo permanente	865
Outras	<u>3.237</u>
Total	<u>82.981</u>

(a) Inclui amortização e baixa total do ágio no montante de R\$ 36.245 (nota 13.b).

(b) Refere-se, principalmente, a provisões relacionadas a contratos onerosos.

27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2014 estão representadas por:

	<u>2014</u>
Despesas de contribuição ao COFINS	5.405
Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS	2.000
Despesas de contribuição ao PIS	879
Despesas de Tributos Municipais	96
Outras	<u>75</u>
Total de despesas tributárias	<u>8.455</u>

28. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais

	<u>2014</u>
Recuperação de encargos e despesas	74
Variação monetária ativa	248
Rendas de títulos e créditos a receber	775
Descontos obtidos	117
Reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas (nota 18.b)	292
Reversão de provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas (nota 17.c)	376
Reversão de provisões operacionais	1.000
Atualização de depósito judicial	1.777
Outros	<u>163</u>
Total	<u>4.822</u>

b) Outras despesas operacionais

	<u>2014</u>
Processos fiscais (nota 18.b)	568
Repasse de corretagem	12.557
Comissão sobre carta de fiança	558
Liquidação de operações em Bolsa	121
Atualização de impostos	1.144
Devolução de comissão	181
Multas e juros	14
Variação monetária passiva	1
Outras despesas	<u>152</u>
Total	<u>15.296</u>

Outras receitas (despesas) operacionais (10.474)

29. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	<u>2014</u>
Prejuízo na alienação de valores e bens	3
Baixa de Investimentos	1.458
Outras despesas indedutíveis	<u>188</u>
Total	<u>1.649</u>

30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Avais e fianças

Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

<u>Descrição</u>	<u>2014</u>
Fianças e garantias prestadas - pessoas físicas e jurídicas	612.944

b) Benefícios a empregados

A partir do ano de 2010, o Banco passou a oferecer o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto os mesmos forem funcionários, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o montante de contribuição é de R\$ 244 e foi registrado como despesa de pessoal.

c) Contratos de seguros

O Banco possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R\$ 14.203. E o período de cobertura se estende até julho de 2015.

d) Linha de crédito com a matriz

O Banco assinou em 29 de dezembro de 2011 com a Caixa Geral de Depósitos S.A., contrato de linha de crédito de liquidez no montante de EUR 120.000. Em 12 de dezembro de 2014, o contrato foi renovado pelo prazo de um ano, podendo ser renovado anualmente.

31. EVENTO SUBSEQUENTE

Quando do deferimento da recuperação judicial de um cliente, que ocorreu no primeiro quadrimestre de 2015, o Banco possuía junto à empresa em recuperação créditos oriundos de (i) CCB, (ii) contrato de abertura de crédito e (iii) debêntures da empresa recuperada adquiridas pelo Banco. Referidos créditos, em 31 de dezembro de 2014, totalizavam R\$ 54.575 mil, tendo sido provisionado até aquela data o montante de R\$10.505 mil. Em 30 de abril de 2015, o valor total provisionado para referidos créditos, considerando a provisão feita em dezembro de 2014 e a provisão adicional feita em abril de 2015, era de R\$ 16.718 mil.
